



Abílio Diniz

642 Diniz critica juros e prega renegociação

"A nova elevação dos juros internacionais já era previsível, face à necessidade do governo norte-americano atrair investidores para os seus títulos públicos para poder financiar seu déficit público, que este ano está estimado em 200 bilhões de dólares". A afirmação foi feita ontem, em Recife, por Abílio Diniz, diretor-superintendente do Grupo Pão de Açúcar, durante conferência que proferiu, na sede da Fundação Joaquim Nabuco, para mais de uma centena de empresários pernambucanos. Na oportunidade, Diniz esclareceu que os Estados Unidos têm também necessidade de atrair capitais externos para financiar seu déficit no balanço de pagamentos. Este, que é causado justamente por um dólar valorizado, vem exigindo a elevação das taxas de juros como forma de compensar os investidores estrangeiros pelo eventual risco de uma futura desvalorização do dólar".

De acordo com o diretor-superintendente do Grupo Pão de Açúcar, de 1980 para cá o dólar norte-americano valorizou-se em 33 por cento com relação às principais moedas e "o risco de uma pequena desvalorização representaria uma perda de capital muito grande para os investidores europeus.

Como essas causas da elevação dos juros continuarão a existir, até que os norte-americanos consigam ajustar seu balanço de pagamentos, Abílio Diniz entende que novas elevações da **prime rate** poderão vir a ocorrer nos próximos meses, o que, em sua opinião, "demonstra a premente necessidade de uma ampla renegociação de nossa dívida externa, visando limitar a extrema dependência do país aos juros internacionais".

Discorrendo sobre o momento político-econômico por que passa a nação brasileira, Abílio Diniz lamentou informar aos empresários pernambucanos que "decorridos mais de três anos de aplicação de uma política econômica recessiva, o quadro que vislumbramos atualmente não é muito diferente do que víamos há dois ou três anos. E a falta de uma política específica para o problema externo e a recessão generalizada prejudicaram ainda mais a região nordestina".

Mesmo reconhecendo que houve alguns progressos em termos de um melhor desempenho das exportações brasileiras e uma significativa redução do déficit público, Diniz lembrou que "esses aspectos positivos chegam a ser pouco significativos, quando se sabe que para alcançá-los foi imposto à sociedade brasileira um sacrifício enorme, traduzido por uma profunda deterioração do padrão de vida dos brasileiros, de consequência ainda mais dramática para o homem nordestino".

Depois de enumerar os pontos negativos resultantes da atual política econômica recessiva, entre os quais do PIB em 3,8 por cento em relação a 1980, a queda da renda per capita em mais de 13 por cento, que fez com que a renda brasileira retrocedesse ao mesmo nível de 1977, a queda da produção industrial, e ressaltando o grave problema social gerado pela recessão, que foi o aumento do número de desempregados em todo o país, o diretor-superintendente do Grupo Pão de Açúcar afirmou "que suportamos todos esses sacrifícios sem que tivéssemos, ao menos, logrado qualquer êxito no combate à inflação que, ao contrário, atingiu níveis que as próprias autoridades responsáveis por essa política econômica jamais imaginaram que pudesse acontecer".

Segundo Abílio Diniz, a permanência das atuais diretrizes da política econômica não conseguirá tirar o país do estado de imobilismo que se encontra, já que "pouco avançamos em relação ao ponto em que estávamos três anos atrás". Em sua opinião, "crescer é mais do que preciso, é indispensável" e esta é a base de um programa de recuperação econômica que propôs aos empresários pernambucanos reunidos na Fundação Joaquim Nabuco.

Alinhando os pontos principais desse programa mínimo - onde ressaltam a renegociação da dívida externa; uma melhor distribuição de renda; a reorganização do setor financeiro; a redefinição do papel do estado na economia e uma ampla reforma fiscal e tributária - Abílio Diniz observou que o Brasil precisará crescer, daqui para frente, a uma taxa mínima de 5% ao ano "para chegarmos ao final da década com a mesma renda per capita de 1980 e, para tanto, teremos necessidade de obter financiamentos externos da ordem de 30 bilhões de dólares nos próximos anos".